

# Brasil: lebre ou tartaruga?

**Rubens Penha Cysne**

O dois gráficos abaixo tomam como base um conjunto de 163 países para os quais constam dados de PIB *per capita* nos anos de 1980 e 2007. Os dados se expressam em dólares internacionais de 2005. A fonte é a Penn World Table, muito usada por acadêmicos estudiosos de crescimento econômico.

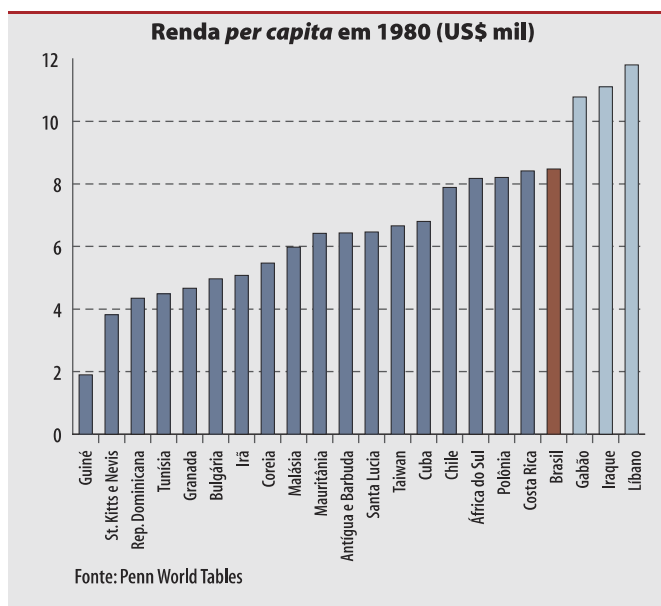
Os gráficos incluem apenas os países que trocaram de posição com o Brasil (este, em vermelho), entre os anos de 1980 e 2007. Ao todo, são 21 países que ou tinham renda *per capita* inferior ao Brasil em 1980 e passaram a tê-la em nível superior ao Brasil em 2007, ou o oposto. Ou seja, países que eram mais pobres em 1980 (em renda *per capita*) e passaram a ser mais ricos em 2007 ou vice-versa.

Comparando-se os gráficos 1 e 2, observa-se que há apenas três países que se situavam à direita do Brasil em 1980, e inverteram sua posição em 2007: Gabão, Iraque e Líbano. Tratam-se, estes, dos únicos países

da amostra (de 163 países) que o Brasil conseguiu ultrapassar em termos de renda *per capita* nestes 27 anos.

Ainda assim, nestes três casos é muito mais fácil atribuir tal ultrapassagem a problemas nos respectivos países do que a méritos nacionais. O Líbano passou por uma Guerra Civil entre 1975 e 1990. O Iraque entrou em guerra com o Irã nos anos 1980-1988; depois, passou pelas desastrosas consequências da invasão do Kuwait (1990) e, a partir de 2003, foi arrasado pela invasão das forças

**Gráfico 1**



aliadas coordenadas pelos Estados Unidos. Quanto ao Gabão, basta dizer que cerca de 50% de seu PIB e 80% das exportações provêm do petróleo, sendo a maior parte da população empregada na agricultura.

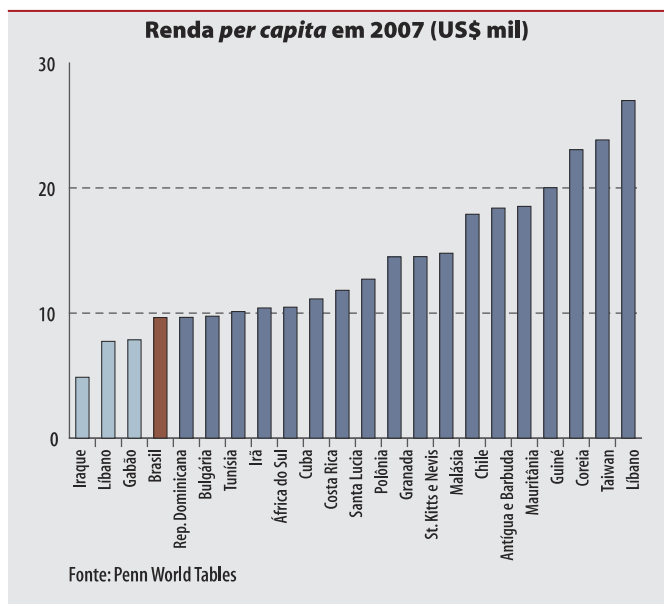
Por outro lado, como se observa em uma segunda comparação entre os gráficos 1 e 2, dos 163 países considerados 18 ultrapassaram o Brasil neste período. No contexto da fábula da lebre e da tartaruga, o Brasil ao menos por enquanto está mais para lebre do que para tartaruga (que é vitoriosa no final).

Antes de passarmos a uma análise das possíveis causas de tal atraso relativo, cabem algumas observações sobre os dados utilizados. Por “dólares internacionais” quer-se dizer que a taxa de câmbio usada para denominar cada PIB doméstico em dólares não é necessariamente aquela vigente para o determinado país no determinado ano, mas sim uma taxa que teoricamente torna os preços de bens e serviços em dólares no país e nos Estados Unidos aproximadamente iguais. Diz-se, no caso, que tal taxa de câmbio estabelece uma “paridade de poder de compra” do dólar entre o país em questão e os Estados Unidos. O conceito de paridade de poder de compra regride a Gustav Cassel (1921), renomado economista sueco falecido em 1945.

## Fala-se muito no Brasil sobre educação, o que é ótimo. Mas muito pouco sobre a criação de um ambiente de negócios que fomente competição entre inovadores

Por exemplo: como a China atualmente possui um elevado saldo na conta corrente do balanço de pagamentos, diz-se que sua moeda, o yuan, está muito desvalorizado. Ou seja, que o poder aquisitivo do dólar na China é elevado relativamente à paridade de poder de compra; ou alternativamente, que o preço do dólar em yuans está demasiado alto, facilitando compras de bens chineses pelo resto do mundo. Isto significa que converter o PIB corrente da China (denominado em yuans) para dólares a esta taxa vigente levaria a um valor do PIB chinês em dólares demasiado baixo. Para evitar isto, utiliza-se um outro preço do dólar em yuan, mais bai-

**Gráfico 2**



Desenvolvimento  
não se faz apenas  
somando-se  
doutores e outros  
fatores de produção,  
de forma estanque.  
É preciso, por  
exemplo, e em  
particular, segurança  
pública

xo, levando a um maior PIB chinês em dólares.

Os dólares internacionais a que se referem tais dados têm como base o ano de 2005. Isto significa que um índice de preços de bens e serviços nos Estados Unidos (com ano base em 2005) foi implicitamente utilizado para tornar o poder de compra de todas as séries comparável não apenas entre países, mas também entre quaisquer pontos distintos no tempo.

### Qual a razão do atraso?

Voltando ao ponto principal deste artigo, cabe indagar por que o Brasil se atrasou relativamente a tantas outras economias no período considerado.<sup>1</sup>

Não há dúvida que algumas das principais explicações são de ordem institucional. Entenda-se como tal a provisão inadequada de regras estáveis e economicamente consistentes. A Constituição de 1988, por exemplo, rima demasiadamente mais com direitos do que com deveres; preocupa-se mais com ativos que com passivos.

Estado e governos, por outro lado, deixaram e tem deixado a descoberto áreas onde sua atuação é precípua e crucial, para se aventurar na produção de bens e serviços que em muitos casos poderiam ser providos pelo setor privado. A educação deixou muito a desejar em todo o período considerado, particularmente para a faixa de 0 a 10 anos de idade. Instituições fundamentais como o Banco Central, a Justiça e a Regulação econômica claramente não funcionaram a contento entre 1980 e 2007. A política econômica entre 1986 e 1993, por exemplo, foi caótica.

Todos estes fatos, entretanto, já são bastante comentados e conhecidos. Há, entretanto, pontos importantes que tem estado ausente dos debates sobre tal tema.

Sem deixar de lado a formação de capital físico e humano, cabe trazer ao debate as vedetes da “nova teoria do crescimento”: o desenvolvimento de novas tecnologias e a difusão tecnológica entre diferentes economias. Cabe falar não apenas da inovação de processos, mas também da criação de novos produtos (na qual a indústria de computação tem sido tão bem sucedida).

Há algum tempo a profissão se convenceu que não conseguiria explicar os fatos ocorridos nos 200 anos que se seguiram à Revolução Industrial sem falar de difusão tecnológica entre países e dos fatos institucionais que a tornam mais facilmente assimilável em algumas economias e menos em outras.


Fala-se muito no Brasil sobre educação, o que é ótimo. Mas muito pouco sobre a criação de um ambiente de negócios que fomenta competição entre inovadores e mesmo entre adquirentes de tecnologias importadas. Ou que encare o lucro como necessário ao financiamento de inovações e ao treinamento de pessoal qualificado em um ambiente de escassez (e forte desigualdade) de crédito de longo prazo. Isto é ruim.

De que adianta apenas a provisão de pessoas altamente treinadas se a cultura empresarial privada é passiva e

permanentemente ameaçada pelo Estado e pela falta de foco do Estado em suas tarefas clássicas?

Desenvolvimento não se faz apenas somando-se doutores e outros fatores de produção, de forma estanque. É preciso, por exemplo, e em particular, segurança pública. Sem esta não se desenvolve o predomínio do futuro sobre o presente requerido pela formação de demanda por capital, seja ele físico ou humano. Com horizontes de vida determinados aleatoriamente por balas perdidas não há incentivos nem ao estudo, nem à formação de tecnologia nem a negócios.

Há omissões passivas e ativas. Em alguns casos mesmo o debate acadêmico, centrado quase que apenas em capital humano, parece ter parado no tempo na época da publicação do *Mechanics of Economic Development*, por Robert Lucas, em 1988. Ensinaamentos posteriores básicos ligados à ambiência de criação tecnológica [por exemplo, Paul Romer (1987, 1990); Charles Jones (1995); Gene Grossman e Elhanan Helpman (1991); Philippe Aghion e Peter Howitt (1992); e Daron Acemoglu (2002, 2003 e 2007) tem ficado à margem da discussão nacional sobre crescimento.

Para aqueles que desejam entender as razões subjacentes aos fatos apresentados nos gráficos 1 e 2, as questões institucionais tratadas por esta nova literatura podem enriquecer em muito o debate sobre crescimento, em dimensão complementar ao enfoque puramente educacional. A diferente evolução histórica das economias divididas da Alemanha e da Coreia, por exemplo, deixa claro este ponto. 

---

<sup>1</sup>Além, é claro, daqueles vários países não considerados nos gráficos 1 e 2, como por exemplo a Coreia do Sul, que já se encontravam à direita do Brasil em 1980 e distanciaram-se ainda muito mais em 2007.

---

Agradeço a Guilherme Torres a assistência de pesquisa

---

Rubens Penha Cysne (<http://www.epge.fgv.br/users/rubens/>) é Professor da EPGE/FGV

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acemoglu, Daron (2002). Directed Technical Change. *Review of Economic Studies*, 69, 781-810.

Acemoglu, Daron (2003). Labor- and Capital-Augmenting Technical Change. *Journal of European Economic Association*, 1, 1-37.

Acemoglu, Daron (2007). Equilibrium Bias of Technology. *Econometrica*, 75(5), pp. 1371-1410.

Aghion, Philippe and Peter Howitt (1992). A Model of Growth Through Creative Destruction. *Econometrica*, 60, 323-351.

Grossman, Gene and Elhanan Helpman (1991). *Innovation and Growth in the Global Economy*, Cambridge, MA, MIT Press.

Jones, Charles I (1995). R&D based Models of Economic Growth, *Journal of Political Economy*, 103, 759-784.

Lucas, Robert E. "On the Mechanics of Economic Development." *Journal of Monetary Economics*, 22 (1998): 3-42.

Romer, Paul (1987). Growth Based on Increasing Returns due to Specialization. *American Economic Review Papers and Proceedings*, 77, 56-62.

Romer, Paul M. (1990). Endogenous Technological Change, *Journal of Political Economy*, 98, S71-S102.